

XII CONGRESSO NACIONAL MUTUALISMO


mutualidades
portuguesas
*mais de 2,5 milhões
de beneficiários*

UM MOVIMENTO SEM FRONTEIRAS



Programa:

08:30 Acreditação

09:00 Inauguração das exposições “Mutualismo em Portugal” e “Mutualistas de Palmo e Meio”

09:30 SESSÃO DE ABERTURA

Luís Costa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP

Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração (CA) da UMP

Cláudia Joaquim, Secretária de Estado da Segurança Social

10:00 PAINEL I - Fins e Áreas de Atuação

Moderador: Paula Guimarães, Secretária da Direção d' A Vencedora Associação Mutualista

Tiago Barbosa Ribeiro, Coordenador da Comissão de Trabalho e Segurança Social da A.R.

João Costa Pinto, Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal

Eurico Castro Alves, Ex-Secretário de Estado da Saúde

11:30 PAINEL II - Rejuvenescimento e Inovação

Moderador: Jani Silva, Presidente da Direção d' A Familiar - A.S.M. da Póvoa do Varzim

Vítor Dias, Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude

António Leite, Delegado Regional do Norte do IEFP

Délio Carquejo, Presidente do Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB)

13:00 Almoço

14:00 PAINEL III - Desafios para a Economia Social

Moderador: Carlos Saul Oliveira, Presidente do CA do Montepio Comercial e Industrial A.S.M.

Juan Antonio Pedreño Frutos, Presidente da Social Economy Europe (SEE) e da Confederación Empresarial Española de Economía Social (CEPES)

Loek Caubo, Vice-Presidente da Association Internationale de la Mutualité (AIM)

Abdelmoula Abdelmoumni, Presidente da Union Africaine de la Mutualité (UAM)

15:45 PAINEL IV - Estratégias de Cooperação

Moderador: Manuel Amaro, Presidente da Direção da Liga das A.S.M. do Porto

Arlindo Nascimento do Rosário, Ministro da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde

Marco António Costa, Presidente da Delegação da A.R. à Assembleia Parlamentar da CPLP

Aida Beirão, Assessora para os Assuntos Sociais do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe

17:30 ENCERRAMENTO & CONCLUSÕES

José Almeida, Membro do Conselho de Administração da UMP

Manuel Delgado, Secretário de Estado da Saúde

18:00 Visita Cultural aos Paços do Concelho da Câmara Municipal do Porto

20:30 Jantar comemorativo com Noite de Fados



XII CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO

720 ANOS

DE MUTUALISMO EM PORTUGAL

PORTO | CENTRO DE CONGRESSOS DA ALFÂNDEGA

8 JULHO

Programa:

09:30 Acreditação

10:00 MOMENTO MUSICAL

Opus Quatro - Quarteto de Cordas

10:15 SESSÃO DE ABERTURA

Jani Silva, Membro do Conselho de Administração da UMP

Ricardo Valente, Responsável pelo pelouro do Desenvolvimento Económico e Social, em representação da Câmara Municipal do Porto

10:50 EVOCAÇÃO DOS 720 ANOS DE MUTUALISMO EM PORTUGAL

Ana Maria Silva, Vice-Presidente da Association Internationale de la Mutualité (AIM)

Armando França, Ex-Eurodeputado

11:20 CHAMA MUTUALISTA

Apresentação de vídeo

11:30 ENTREGA DE PRÉMIOS

- Inovar para Melhorar 2017
- Cidadania e Solidariedade
- Mutualismo e Solidariedade 2016
- Mutualismo e Solidariedade Internacional

Ulisses Correia e Silva, Primeiro-Ministro de Cabo Verde

Mia Couto, Biólogo e escritor de Moçambique

12:00 MOMENTO MUSICAL

Henk van Twillert & O Vento do Norte

12:30 SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP

Jorge Lacão, Vice-Presidente da Assembleia da República



Luís Costa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP

Coube ao responsável da Mesa da Assembleia Geral da UMP a responsabilidade de abrir, formalmente, o XII Congresso Nacional do Mutualismo. Luís Costa foi o primeiro a tomar a palavra e elencou os objetivos gerais dos dois dias do evento organizado pela UMP. “Assumo com grande responsabilidade a tarefa de congregar em torno da mesa a que presido os mutualistas, promovendo a discussão, a partilha e a reflexão sobre os temas estruturantes do Movimento, na busca persistente pela união, pela coesão e pelo engrandecimento das Mutualidades”, começou por referir. “Para mim, que sou um homem de pragmatismos, esses deverão ser os objetivos destes dois dias de trabalho. O XII Congresso Nacional do Mutualismo deverá ser, igualmente e de forma ainda mais abrangente, momento para se discutirem temas basilares do Mutualismo, como os seus fins fundamentais, o papel das Mutualidades na resposta aos desafios societários, o seu papel complementar aos regimes da segurança social ou ao sistema público de saúde. Temos um caminho a percorrer para o fortalecimento da intervenção das Associações Mutualistas, para o rejuvenescimento das suas ações e dos órgãos associativos, e para a presença de mais mulheres nos lugares dirigentes”, afirmou Luís Costa na Sessão de Abertura.

O Governo português esteve representado no CNM, entre outros, pela Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, que presidiu à Sessão de Abertura e à inauguração das exposições “Mutualismo em Portugal” e “Mutualismo de Palmo e Meio”, que estiveram patentes durante os dois dias do evento. Cláudia Joaquim começou por destacar o legado histórico do Mutualismo em Portugal mas também o papel estratégico que o Movimento Mutualista assume na sua articulação com o Estado. “Acreditamos que, num quadro racionalmente articulado e de crescente modernização, o Mutualismo encetará potencialidades de inestimável valor para a realização dos fins de proteção social e para o progresso do país. O atual Governo reconhece o trabalho desenvolvido em parceria com o Movimento Mutualista, trabalho esse que ao longo do último ano e meio já permitiu a assinatura de dois importantes documentos no âmbito da cooperação para o setor solidário e social”, realçou. “O trabalho em rede, em cooperação e em estreita harmonia é aquele que melhor garante o bem-estar das populações. Será sempre assim que o atual Governo irá funcionar. De mãos dadas com as instituições, mas não delegando nelas aquelas que são as suas funções em matéria de proteção social e responsabilidades nesta matéria.”

Cláudia Joaquim defendeu ainda a necessidade de dotar todo o setor da Economia Social com o conhecimento e as ferramentas necessárias para dar resposta às exigências das sociedades modernas. “A capacitação do setor passa também pela resolução de problemas antigos, há muito identificados, sem nunca se esconder mas também sem ceder ao imediatismo. Este Governo está a trabalhar para que o setor mutualista possa ter ferramentas adequadas às novas realidades, sejam elas mais ou menos formais. Tenho de manifestar uma palavra de especial apreço por esta iniciativa e pela vida que a União das Mutualidades Portuguesas vem dando, ano após ano, ao Movimento Mutualista e à difusão da sua missão, no sentido de valorizar e demonstrar a validade desta forma de proteção complementar. Uma vitalidade que vai contribuir certamente para reforçar a parceria com o Estado. Mas também para reforçar o seu próprio Movimento com mais associados e mais ocupação territorial”, referiu Cláudia Joaquim na abertura do evento.



Cláudia Joaquim, Secretária de Estado da Segurança Social



Um momento de afirmação

Num momento particularmente significativo para a União das Mutualidades Portuguesas, e que, em simultâneo, assumia grande relevância histórica pela celebração dos 720 anos de Mutualismo em Portugal, Luís Alberto Silva mostrou-se satisfeito pela presença de tantos mutualistas e de diferentes personalidades nacionais e internacionais no evento na Alfândega do Porto. O presidente do CA da UMP começou por realçar a afirmação do Movimento Mutualista português e a importância dos temas abordados ao longo dos dois dias do CNM, sublinhando depois a universalidade do modelo mutualista e a sua relevância no momento que o país e o mundo atravessam. “Os desafios da globalização e a história atual tornam evidente que o crescimento de qualquer nação ou organização passa, indiscutivelmente, pela cooperação interna mas muito particularmente pela cooperação externa, pelas sinergias e pela criação de valor que alavanca”, destacou Luís Alberto Silva. “Importa tomar-mos consciência de que, grande parte do caminho de rejuvenescimento, crescimento, sustentabilidade e inovação almejado pelos mutualistas, ou seja, o tal reconhecimento que pretendemos alcançar e consolidar, ultrapassa as fronteiras nacionais e depende,

hoje mais do que nunca, do trabalho que os mutualistas portugueses puderem fazer nos países da CPLP, em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento social e económico dessas comunidades.”

As evidências estatísticas do impacto que o Mutualismo assume na Economia nacional também foram abordadas

pelo presidente do CA da UMP. “Os dados apresentados pela Conta Sateélite da Economia Social confirmam já o impacto e a importância que o setor social em geral e o Mutualismo em particular têm na Economia e na geração de riqueza. Convém que o Estado Português continue a acreditar e a confiar em nós e que aposte neste potencial, conferindo ao Mutualismo português o relevo que os parceiros internacionais já lhe reconhecem, assumindo como modelo, mecanismo ou ferramenta útil à cooperação internacional, para o desenvolvimento junto dos países da CPLP”, reforçou. “Nunca devemos esquecer que o Movimento Mutualista português concede benefício a mais de 25% dos portugueses, uma vez que as Mutualidades criam um valor económico e social e contribuem para o bem comum, constituindo-se como exemplos ancestrais de entreajuda e solidariedade entre

os homens, num percurso que conta já 720 anos”, recordou Luís Alberto Silva durante a Sessão de Abertura. ■



Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração (CA) da UMP



“ O crescimento de qualquer nação ou organização passa, indiscutivelmente, pela cooperação interna mas muito particularmente pela cooperação externa, pelas sinergias e pela criação de valor que alavanca ”

Luís Alberto Silva



PAINEL I - FINS E ÁREAS DE ATUAÇÃO



Da esquerda para a direita: Eurico Castro Alves, Tiago Barbosa Ribeiro, Paula Guimarães (moderadora) e João Costa Pinto

Tiago Barbosa Ribeiro, Coordenador da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República

Tiago Barbosa Ribeiro, deputado e coordenador do Partido Socialista na Comissão de Trabalho e Segurança Social na Assembleia da República, fez uma análise histórica à génese e aos princípios do modelo mutualista, antes de centrar a sua intervenção nos desafios para o presente e futuro do Mutualismo. “As associações mutualistas remontam a Inglaterra e às friendly societies, criadas pelos trabalhadores que se quotizavam para fazer face aos riscos sociais e às eventualidades que precediam os sistemas públicos de segurança social”, apontou. “O Mo-

creio que isto determina o peso que as IPSS e o Mutualismo têm vindo a desenvolver. Ao nível da Economia Social, os dados são impressionantes pois o setor social representa hoje cerca de 3% do Valor Acrescentado Bruto nacional. Representa mais de 5% do emprego remunerado, um dado muito significativo. São mais de 55 mil entidades da Economia Social e um milhão de voluntários. Isto são números absolutamente notáveis”, defendeu Tiago Barbosa Ribeiro. Depois de ter recordado “o projeto de resolução para a criação do Dia Nacional do Mutualismo, que está neste momen-

to em discussão depois de uma petição que foi apresentada pela UMP à Assembleia da República, a que nós demos seguimento”, Tiago Barbosa Ribeiro enumerou quatro desafios que, na sua ótica, surgem no rumo do Movimento Mutualista: a neces-

sidade de adotar “lógicas de gestão mais privatistas” sem se afastar do seu cerne ideológico e da sua matriz operacional; o “desafio da relação com o Estado, relação com a sociedade, para a própria democratização da sociedade”; depois, aquilo a que chamou “a necessidade imperiosa de constituir uma resposta fundamentada e assertiva às carências e insuficiências que temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos na intervenção organizada do Estado”; e a necessidade de “continuar a ser feito um esforço para melhorar a complexidade técnica e funcional de organização do setor, numa exigência de crescente profissionalização da gestão, dos dirigentes e dos trabalhadores deste setor”.

“ Ao nível da Economia Social, os dados são impressionantes pois o setor representa hoje cerca de 3% do Valor Acrescentado Bruto e mais de 5% do emprego remunerado. ”

Tiago Barbosa Ribeiro

vimento Mutualista foi, de certa forma, precursor dos sistemas modernos de segurança social, dos sistemas modernos de seguros privados, quando o Estado era absolutamente minimalista e estava essencialmente preocupado com funções de proteção do território, funções de segurança, funções associadas ao Estado-nação”.

O deputado socialista destacou depois alguns dos números do Mutualismo e da Economia Social no contexto nacional. “Os dados mais recentes dizem que neste momento temos mais de um milhão de Associados no Mutualismo, na forma transversal, e mais de dois milhões e meio de beneficiários dos sistemas e das Associações Mutualistas. Num país com a dimensão do nosso, eu



Dono de uma longa e reconhecida carreira de gestor no setor da Banca, João Costa Pinto é atualmente o Presidente do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal. Durante mais de uma década, assumiu funções executivas no Crédito Agrícola em Portugal, sendo uma voz avalizada na discussão de um tema central para a sustentabilidade das entidades da Economia Social: a criação de um banco social.

“Há lugar para um banco dito da Economia Social? E havendo, é viável?”, questionou João Costa Pinto durante a sua intervenção no Painel I. “Para mim, é fundamental que um banco de Economia Social desenhe, crie e lance produtos, instrumentos e serviços desenhados para ir ao encontro das necessidades do setor social. Que crie linhas de médio e longo prazo para o apoio a projetos de Economia Social e tem que o fazer de forma

equilibrada do ponto de vista financeiro. E também tem que desenvolver capacidades técnicas de serviços de gestão patrimonial, e estou a lembrar-me das Misericórdias, entidades que têm patrimónios que precisam de ser trazidos para uma gestão moderna, que os rentabilize. Um banco de Economia Social tem que ser capaz de oferecer esse tipo de serviços”, defendeu, antes de deixar

eu gosto de chamar banca de proximidade. É uma banca de ligação. É uma banca em que apesar do desenvolvimento tecnológico, as ligações às comunidades se mantêm”.

O representante do Banco de Portugal apontou um eventual caminho para a criação de instrumentos financeiros de cariz social dentro de instituições bancárias já existentes. “O lançamento de um banco da Eco-



« O caminho é levar as instituições (financeiras) que já hoje têm alguma ligação a este setor a desenvolverem produtos, serviços e a articularem-se com as entidades da Economia Social »

João Costa Pinto

o exemplo da evolução histórica do Crédito Agrícola. “O Crédito Agrícola é uma organização muito especial. As suas origens estão na Idade Média, nos celeiros. Os agricultores articularam-se para fazerem trocas, sem haver sequer intervenção monetária, para trocarem sementes, para apoiarem-se, mutuamente. Esses celeiros evoluíram e há mais de 100 anos foram lançadas as primeiras cooperativas agrícolas e mutualistas. Foi uma coisa a que eu, como cidadão, atribuo uma importância extraordinária, uma resposta da sociedade civil. Eu sou dos que considero que uma sociedade moderna equilibrada tem que ter uma sociedade civil. Há vida para além dos partidos, tem que haver a sociedade civil. As pessoas são a sociedade civil naquilo que esta tem de mais puro, de mais idealista. O Crédito Agrícola especializou-se historicamente numa coisa que

nomia Social, a partir do zero, é uma tarefa extremamente complexa nos tempos atuais. Lá porque um banco tem acionistas desta área não quer dizer que seja um banco da Economia Social. Só o é se depois operar para ela. Se não, é um banco como os outros. Então, discuta-se com eles. O desenvolvimento de produtos e de serviços, a organização de um Fundo desses devia ser apoiado pelos bancos já existentes, e eles próprios vão ser os primeiros interessados em trabalhar com as entidades da Economia Social. Porquê? Porque não têm alternativa. Porque o que aí vem, em termos de concorrência, é o esmagamento pela dimensão, os tais tecnocratas europeus que querem criar uma dúzia de mega bancos europeus que esmagam o mercado. Então o caminho é levar as instituições que já hoje têm alguma ligação a este setor a desenvolverem produtos, serviços e a articularem-se com as entidades da Economia Social”.



Depois de intervenções nas áreas da Segurança Social e das Finanças, Eurico Castro Alves assumiu a palavra para abordar outra área fundamental da atividade mutualista: a área da Saúde. O médico e ex-Secretário de Estado da Saúde apoiou-se numa apresentação digital para recordar que Portugal gasta, todos os anos, cerca de oito mil milhões de euros no Sistema Nacional de Saúde. “Esse é o primeiro grande desafio que temos em qualquer sociedade, é a primeira das nossas grandes preocupações: a nossa saúde e dos nossos. E temos, provavelmente, uma incapacidade para manter o Sistema Nacional de Saúde a este nível. Que ninguém se iluda”, afirmou. “Nos próximos anos vamos chegar a um ponto em que é perfeitamente incorporável podermos assegurar aos portugueses os cuidados de saúde adequados às suas necessidades. A perspetiva do futuro na saúde em todo o mundo, mas particularmente na Europa e em Portugal, é a de uma relação cada vez maior com a comunidade. Existirá um maior poder dos cidadãos no que respeita às decisões de saúde, não só das suas próprias decisões que se prendem com a sua vida e com a sua doença, mas também com

a sua comunidade. E quem são as organizações em Portugal que têm maior proximidade com as comunidades, que conhecem as comunidades, que se fundem com elas? Uma dessas organizações é claramente a vossa, as Mutualidades. As Associações Mutualistas têm um papel muito, muito importante porque podem reforçar a capacidade assistencial de um país, porque têm os meios humanos, têm os recursos, têm sobretudo uma coisa



“ As Associações Mutualistas têm um papel muito importante (na área da Saúde) porque podem reforçar a capacidade assistencial de um país ”

Eurico Castro Alves

que é muito grande em Portugal que é a capacidade de organização e a generosidade das pessoas, a dedicação que as pessoas põem no trabalho”, destacou Eurico Castro Alves, antes de concluir a sua intervenção com uma ideia central ao papel do Mutualismo face aos sistemas públicos de saúde em Portugal: “Todos os portugueses têm acesso aos mesmos cuidados de saúde; não acho é que tenha que ser obrigatoriamente o Estado a prestar esses cuidados”, apontou. ■



PAINEL II - REJUVENESCIMENTO E INOVAÇÃO

Vítor Dias - Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude

Rejuvenescer o Movimento Mutualista é uma das metas bem vinculadas do atual Conselho de Administração da UMP, que não quis deixar de incluir este tema num dos painéis do primeiro dia do Congresso, onde estavam especialistas como Vítor Dias, o Diretor Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude. “As Mutualidades têm em mãos o desafio de envolverem jovens nas questões da inovação social, das novas tecnologias, da sustentabilidade, e mesmo na diversificação da oferta e do trabalho que as Mutualidades podem fazer. Por exemplo, já foram referidas as áreas da saúde ou da sustentabilidade ambiental, a área do turismo, a área dos tempos livres, a área do desporto, na atividade física, que são necessidades que o território cada vez mais requer e a que as Associações Mutualistas poderão dar resposta”, defendeu Vítor Dias. “Há de facto a necessidade de se apostar na capacitação, na qualificação dos diferentes agentes e de melhorar a capacidade técnica das pessoas



que trabalham nas Associações. Eu diria que é essencial apostar na investigação, na inovação, no desenvolvimento de novos produtos e serviços, eventualmente até criar subsistemas de apoio específicos para jovens. Nós estamos num mundo da incerteza, num mundo em que o futuro é muito incerto, sobretudo para os jovens”, apontou. “Depois há o envolvimento de jovens nos órgãos de direção e nos projetos de decisão. Eu acho que é um processo que tem que ser desenvolvido de forma progressiva e experimental inicialmente, porque muitas vezes nós adultos tendemos a dizer que os jovens não participam e que os jovens não se envolvem, mas sempre que o queremos fazer nós não lhes damos oportunidade porque achamos que eles não sabem gerir o dinheiro, que não sabem gerir as coisas, o que é errado. Os jovens envolvem-se quando os assuntos lhes dizem respeito e quando são implicados”, disse o representante do Secretário de Estado da Juventude e Desporto.

Délio Carquejo - Presidente do Instituto Superior de Paços de Brandão (ISPAB)

Presidente do ISPAB, Délio Carquejo começou a sua intervenção ao apresentar uma entrevista em vídeo a duas jovens, alunas do ensino secundário e filhas de mutualistas, sobre o conhecimento que tinham da Economia Social e do Mutualismo. Esse foi o ponto de partida para uma análise dos valores que orientam o atual sistema educativo e sobre a necessidade de uma maior consciência em torno da Economia Social em Portugal. “O sistema educativo tem vindo a evoluir para formas que o vão afastando de um verdadeiro projeto educacional”, começou por referir. “Nós primeiro precisamos de educar os nossos jovens, precisamos de saber educar os jovens que frequentam os ensinos regulares para que depois possamos então falar de qualificações. Os agentes económicos tentam monopolizar o objeto educativo em favor dos dogmas da competitividade, da qualidade, da eficácia, da eficiência e da rentabilidade.”

Para Délio Carquejo, o conceito de Economia Social é um dos pilares do modelo social europeu mas em Portugal

é necessário dotar a sociedade, e particularmente as camadas mais jovens, de maior conhecimento e sensibilidade para a importância e atuação deste setor. “É isto que nós precisamos. Olhamos para a plateia e vemos que os jovens, muitos deles não estão cá. Porque a sua realidade já não é a realidade do face-a-face. É uma realidade



interativa. É uma realidade distante. É a realidade de já não quererem debater problemas connosco cara-a-cara. Se calhar estão ao pé de nós e estão a teclar”, constatou. O presidente do ISPAB concluiu a sua intervenção com os principais desafios que antevê para as organizações do terceiro setor. “A urgência da inovação, da profissionalização das diversas áreas funcionais da gestão, do marketing, dos recursos humanos, das finanças, contabilidade,

da retenção de colaboradores com idades compreendidas entre os 30 e 50 anos, uma faixa etária que aqui é menos compatível com baixos salários, da capacidade de atração de talento jovem, o idealista, aquele jovem idealista e que aporta, traz inovação a estas organizações, da mobilização de voluntários com elevadas competências profissionais, o desafio da sustentabilidade económica, e o aumento da sua escala de atuação”, enumerou.



Da esquerda para a direita: Délio Carquejo, Jani Silva (moderadora) e António Leite

António Leite - Delegado Regional do Norte do IEFP

A temática da criação e manutenção de emprego na Economia Social, sobretudo entre as camadas mais jovens, foi o mote central na intervenção de António Leite, Delegado Regional do Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional. “Nós vivemos de facto numa sociedade que se transforma rapidamente, que por vezes cria e destrói emprego com uma facilidade que nunca vimos, que destrói e cria emprego ao mesmo tempo mas não necessariamente para as mesmas pessoas nem nos mesmos setores”, analisou. “O que nós temos que fazer é compatibilizar, equilibrar este mundo em constante mutação, com instituições que remontam a séculos e que continuam hoje a ser necessárias, quiçá continuam hoje a ser ainda mais necessárias. O papel das entidades da Economia Social é evidentemente imprescindível na criação de emprego, eu diria, na criação destes refúgios de segurança para muitos dos nossos compatriotas. Isto é particularmente significativo para nós, no IEFP, pois este setor representa cerca de 6% do emprego remunerado. Para nós este é um dado muito significativo e estas entidades têm naturalmente que continuar a ter o nosso apoio, nomeadamente nas medidas de apoio à criação de emprego. As entidades da Economia Social são um dos principais motores de inserção de pessoas que com maior dificuldade de inserção no mercado do trabalho. Temos um número significativo de pessoas a quem as respostas que estão disponíveis são exatamente as do mercado social de emprego, em

muitos casos os CEI (ndr, Contrato Emprego-Inserção) e os CEI+, das quais estas entidades aliás são largamente beneficiárias. Nos últimos três anos, de 2014 a 2016, o número de pessoas que foram abrangidas pelas nossas medidas em associações daquelas que hoje estão aqui a realizar o seu XII Congresso é muito significativo, porque elas representam sempre mais de 16% das colocações feitas com apoio através do IEFP. E nalgumas medidas chegam a 30%, no caso por exemplo do CEI+. E também são estas que depois garantem empregabilidade a estas pessoas. Um trabalhador que seja colocado por exemplo numa Câmara Municipal ou numa Junta de Freguesia, ou na Segurança Social ou noutro sítio qualquer público, que seja colocado por um CEI, dificilmente consegue lá colocação depois porque nós estamos proibidos de contratar. As entidades da Economia Social, por outro lado, são beneficiárias desta medida mas também contribuem para o aumento da empregabilidade e portanto, têm que continuar a merecer o nosso carinho e o nosso apoio”, afirmou António Leite, sintetizando depois o desejo para a cooperação com as Associações Mutualistas: “No fundo, o que está em causa é a nossa capacidade para construirmos uma sociedade mais justa, mais democrática e mais desenvolvida, que é o que estas entidades procuram fazer há já sete séculos e que eu espero que continuem a fazer nos tempos mais próximos e nos tempos mais longínquos”. ■



PAINEL III - DESAFIOS PARA A ECONOMIA SOCIAL

Juan Antonio Pedreño Frutos, Presidente da Social Economy Europe (SEE) e da Confederación Empresarial Española de Economía Social (CEPES)

Abrindo um painel de âmbito internacional, Juan Antonio Pedreño Frutos começou por citar as palavras da Ministra Espanhola do Emprego e da Segurança Social, Fátima Báñez, durante o evento organizado pela Social Economy Europe, pela CEPES e pelo Governo espanhol em maio de 2017, em Madrid: “Se há um modelo de crescimento social e empresarial na Europa com uma enorme vertente social e sobre o qual devemos construir o futuro da Europa, esse modelo está representado nas empresas de Economia Social”, citou Pedreño Frutos, destacando depois um dado estatístico do mais recente período de crise económica à escala internacional. “A Economia Social, em Espanha, chegou a ter até 7% menos perdas de postos de trabalho do que as outras empresas, e o próprio ministério chegou a afirmar que, se todas as empresas se tivessem comportado como se comportaram as empresas de Economia Social, não se teriam perdido mais de um milhão de empregos. É, portanto, um setor que permite que a União Europeia e a Comissão Europeia traduzam toda essa influência em programas e medidas para a Economia Social, de todas as famílias da Economia Social, e este acordo, este consenso geral que existe dá-nos uma oportunidade única de trabalhar

União Europeia para que se trabalhe de forma coordenada para a Economia Social. Seis meses depois, a nova diretora da Comissão, Ulla Ungerman, apresentou um plano de medidas para a Economia Social baseado em cinco linhas: a primeira é o acesso aos fundos e financiamento, algo muito importante para



as empresas de Economia Social; a segunda é o acesso aos mercados; a terceira é a melhoria dos quadros legais e regulamentares; a quarta é a inovação tecnológica social e novas formas de empresa; e a quinta é a dimensão internacional. Cinco eixos com vinte e nove medidas que devem ser incluídas no orç

çamento, e às quais as empresas de Economia Social podem pedir fundos para melhorar as nossas organizações. Tudo isto é ótimo, mas temos de conti

“ **A Europa precisa da Economia Social e a Economia Social também precisa da Europa** ”

Juan Antonio Pedreño Frutos

em conjunto para que a Europa, definitivamente, aposte numa política em favor da Economia Social”.

O presidente da SEE sublinhou o trabalho de representação e promoção das organizações da Economia Social junto das instituições europeias: “O que estamos a fazer é colocar uma imagem, colocar o foco sobre empresas que antes eram invisíveis para muitos políticos e muitos representantes europeus. Em dezembro de 2015, o Conselho da União Europeia de todos os Governos aprovou por unanimidade um documento intitulado “Promover a Economia Social como motor essencial do desenvolvimento económico e social na Europa”, estabelecendo um conjunto de medidas que implicam uma primeira rota. Foi aprovado por unanimidade pelos Governos da

União Europeia para que se trabalhe de forma coordenada para a Economia Social. Seis meses depois, a nova diretora da Comissão, Ulla Ungerman, apresentou um plano de medidas para a Economia Social baseado em cinco linhas: a primeira é o acesso aos fundos e financiamento, algo muito importante para

as empresas de Economia Social; a segunda é o acesso aos mercados; a terceira é a melhoria dos quadros legais e regulamentares; a quarta é a inovação tecnológica social e novas formas de empresa; e a quinta é a dimensão internacional. Cinco eixos com vinte e nove medidas que devem ser incluídas no orç

Leia todos os discursos na íntegra em www.cnm.mutualismo.pt





A Association Internationale de la Mutualité (Associação Internacional das Mutualidades) é uma organização onde a União das Mutualidades Portuguesas colaborou ativamente num passado recente. Loek Caubo, Vice-Presidente da AIM, analisou a atual conjuntura internacional do Mutualismo mas também as

grandes conquistas das organizações mutualistas nos últimos anos. “A proteção social está sob grande pressão e

foram reduzidos e os copagamentos foram aumentados. O desafio está em compreender o funcionamento adequado dos sistemas de segurança social, que só poderão ocorrer por toda a União Europeia através de uma Europa social melhor e mais forte. A Economia Social não é apenas um fator de estabilização da sociedade, é também um grande e importante contributo para a globalidade da economia europeia. Nos últimos cinco anos, um dos objetivos principais da AIM tem sido o requerimento de um estatuto europeu para as Mutualidades. Tal estatuto levaria a um maior reconhecimento da importância da Economia Social e aumentaria a consciencialização e a visibilidade do nosso tipo de organizações. Permitiria, também, uma cooperação transfronteiriça entre a União Europeia e as sociedades mutualistas, permitindo que estas se consolidassem sem colocar em questão o seu enquadramento legal”, referiu Loek Caubo. Para o responsável da AIM, os problemas que a Europa enfrenta em pleno século XXI requerem uma afirmação cada vez maior das respostas do Mutualismo: “Os fluxos migratórios atingem a Europa como uma força nunca antes vista. As sociedades em

envelhecimento obrigam a uma mudança de pensamento. As questões ambientais constituem uma ameaça crescente à saúde pública e estes desafios requerem uma Economia Social forte e uma posição sólida para os Movimentos Mutualistas. A nossa força recai na unidade e na manutenção dos nossos princípios de solidariedade, de democracia e de âmbito não-lucrativo”.

“ Nos últimos cinco anos, um dos objetivos principais da AIM tem sido o requerimento de um estatuto europeu para as Mutualidades ”

Loek Caubo

os encargos sobre os sistemas de segurança social, que continuam a aumentar, estão a afastar-nos do verdadeiro princípio da cobertura universal de cuidados de saúde”, analisou o dirigente holandês. “Os pacotes de benefícios



Da esquerda para a direita: Abdelmoula Abdelmoumni, Carlos Saul Oliveira (moderador) e Loek Caubo





Abdelmoula Abdelmoumni - Presidente da Union Africaine de la Mutualité (UAM)

Outro responsável internacional presente no XII Congresso Nacional do Mutualismo foi o presidente da União Africana das Mutualidades (UAM). Abdelmoula Abdelmoumni aproveitou a oportunidade de intervenção no painel “Desafios para a Economia Social” para traçar o quadro atual do Mutualismo em África, exprimindo a rica tradição do Movimento Mutualista naquele continente mas também as grandes necessidades e especificidades das Mutualidades africanas. “Em África somos obrigados a tomar em consideração as especificidades regionais. Temos de reforçar a formação, recolher dados mutualistas (que são raros), intensificar o networking visando um lobbying forte. De que forma? Regionalizando a UAM, criando centros de formação, criando o Observatório da Mutualidade e unificando o movimento mutualista”, avançou.

Outro dos objetivos explanados por Abdelmoula Abdelmoumni foi a unificação do mutualismo mundial numa única organização representativa. “A UAM reúne vinte países e assinou na Costa Rica, em junho de 2015, com a Organização das Mutualidades Americanas (ODEMA) que reúne dezanove países, um protocolo de intenções para a formação de uma organização mundial que federe todas as mutualidades de todos os setores de atividade. Isto porque, em África, somos interpelados sobre a questão do desenvolvimento humano. Porque não há apenas o questionamento e o défice na saúde”, apontou, referindo depois também a importância da relação institucional com a UMP.

“A colaboração entre a União das Mutualidades Portuguesas, a UAM e a Mutualidade Geral baseia-se na partilha de experiências e de know-how, capitalizando as experiências de sucesso no âmbito da Mutualidade, em cada país, trabalhando sobre projetos concretos e exequíveis visando o bem das nossas



“ **A colaboração entre a União das Mutualidades Portuguesas, a UAM e a Mutualidade Geral baseia-se na partilha de experiências e de know-how** ”

Abdelmoula Abdelmoumni

populações nas duas margens, desenvolvendo as Mutualidades do setor da saúde e reforçando o papel desempenhado pelas Associações Mutualistas na cobertura médica”, referiu o dirigente marroquino. ■



PAINEL IV - ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO



Da esquerda para a direita: Aida Beirão, Manuel Amaro (moderador) e Arlindo Nascimento do Rosário

Arlindo Nascimento do Rosário - Ministro da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde

A expansão do modelo mutualista e a cooperação internacional, sobretudo com os países da CPLP, são duas prioridades do atual Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, que tem no Governo de Cabo Verde um parceiro estratégico para o desenvolvimento do Mutualismo naquele território. Arlindo Nascimento do Rosário, Ministro da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde, foi um dos oradores do Painel IV e analisou o potencial de crescimento e intervenção do modelo mutualista na esfera social de Cabo Verde. “Pretendemos fazer a extensão da cobertura da Proteção Social e aumentar o regime das Mutualidades ao nível local mas também regional. O Governo está extremamente interessado em avançar com uma política de Economia Social. Inclusivamente foi aprovada em junho uma nova lei sobre a Economia Social em Cabo Verde. Nós estamos ainda a beneficiar de um bónus demográfico, temos uma população relativamente jovem. Mas é preciso de facto pensar na razão de ser e na proteção maior da Segurança Social, que é a parte das pensões”, analisou Arlindo Nascimento do Rosário.

“Em relação às Mutualidades há um potencial de crescimento enorme, não só ao nível da ilha de Santiago mas em todas as outras ilhas. Em 2015 existiam em Cabo Verde 43.300 beneficiários. Quando falamos numa escala de milhões parece uma coisa minúscula, mas tendo em conta a nossa população é uma percentagem já bastante razoável e a tendência é realmente de aumentar. É de extrema importância a extensão da cobertura da proteção social e de promoção de saúde junto da população mais carenciada”, referiu. A cooperação existente entre a

UMP e o Governo de Cabo Verde também foi destacada pelo responsável cabo-verdiano: “A instituição com quem temos uma cooperação mais forte e com quem tem sido já desenvolvido algum trabalho tem sido a União das Mutualidades de Portugal. E nós esperamos que de facto essa cooperação venha a aumentar cada vez mais, para podermos beber um pouco dessa experiência já vasta e de muitos anos que Portugal tem nesta matéria. A cooperação com a União das Mutualidades Portuguesas irá sem dúvida apoiar a regulamentação do setor da Economia Social e Solidária, na prestação de assistência técnica, no apoio das ligações mutualistas e na definição de estratégias de financiamento, entre outras. Há a possibilidade de estabelecer também um acordo de cooperação nessa matéria. Em termos de desenvolvimento do Mutualismo em Cabo Verde, ainda estamos, de certa forma, numa fase muito incipiente mas com muita vontade. Aqui conjuga-se a necessidade que vem da própria população e a própria política do Governo em termos de Economia Social”, reforçou.



Representando o Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe, Emílio Lima, que não pôde estar presente no Congresso devido a um impedimento de última hora, Aida Beirão foi a porta-voz do Governo são-tomense no evento. A Assessora para os Assuntos Sociais do referido Ministério acompanhou, naturalmente, de muito perto a negociação e a assinatura do protocolo de cooperação entre o Governo de São Tomé e Príncipe e a União das Mutualidades Portuguesas, que aponta ao desenvolvimento da Economia Social e do Movimento Mutualista naquele país da CPLP. “É intenção do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais fazer renascer o Mutualismo em São Tomé”, começou por referir. “São Tomé e Príncipe, apesar de ser um país relativamente pequeno, é constituído por uma população muito jovem, onde cerca de 65% da população tem menos de 25 anos. Após alguns anos de instabilidade económica e social pensamos agora estar no caminho certo. Acreditamos nos valores e princípios do Movimento Mutualista, desde a solidariedade à liberdade, à democraticidade, à corresponsabilidade e entreadjuada, bem como na construção de uma sociedade mais

ta nos domínios da Saúde, da Segurança Social, da Economia, das Finanças, do Turismo, da Agricultura, da Formação Profissional, estamos certos que as Mutualidades podem desenvolver os vários domínios que influem na vida económica e social das pessoas. É nossa pretensão envolver os cidadãos na criação de regimes de auto-proteção e dar-lhes ferramentas que não só permitam, como incentivem e facilitem a sua integração e participação social de forma justa, democrática e em igualdade de oportunidades”, sublinhou Aida Beirão.



“ **Considerando os âmbitos de atuação da UMP e do Movimento Mutualista nos domínios da Saúde, da Segurança Social, da Economia, das Finanças, do Turismo, da Agricultura, da Formação Profissional, estamos certos que as Mutualidades podem desenvolver os vários domínios que influem na vida económica e social das pessoas em São Tomé e Príncipe** ”

Aida Beirão

justa e solidária, assente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. São áreas prioritárias do Governo de São Tomé e Príncipe a criação de emprego para os mais jovens e a aposta na Economia Social, como um parceiro complementar do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais e do próprio Governo. Considerando os âmbitos de atuação da UMP e do Movimento Mutualis-

Príncipe. Estas associações ainda hoje, passados mais de quarenta anos, são evocadas por quem as conheceu, com especial saudosismo. Em algumas cidades, os serviços de saúde foram totalmente assegurados por Associações de Socorros Mútuos, deixando por isso, muito boas recordações desse tempo”, concluiu. ■

A vontade de reativar e desenvolver o Movimento Mutualista em São Tomé e Príncipe também deriva da relevância social que este modelo assumiu em tempos no país. “Gostaríamos de voltar a ter um Movimento Mutualista ativo em São Tomé e Príncipe. No passado existiram já algumas Associações de Socorros Mútuos em São Tomé e



ENCERRAMENTO E CONCLUSÕES



Manuel Delgado (à esquerda) e José Almeida

José Almeida - Membro do Conselho de Administração da UMP

O primeiro dia do XII CNM terminou com uma sessão de Encerramento & Conclusões onde José Almeida, membro do C. A. da UMP, sintetizou as atividades e conclusões daquele dia inaugural. “Tivemos oportunidade de ouvir intervenções dos mais diversos quadrantes que, pela sua visão e capacidade de análise dos temas propostos, nos diagnosticaram maleitas, propuseram ideais, apontaram caminhos e, acima de tudo, desafiaram. Mas é precisamente para isto que nos reunimos em congresso. De forma estruturada e muito sucinta, importará destacar as seguintes conclusões: A sociedade está em constante mutação e enfrenta, a cada dia, novos desafios. Os sistemas estatais vêm-se confrontados com dificuldades de resposta às necessidades das populações. As Mutualidades, em particular, e as entidades da Economia Social em geral, já provaram ser capazes de responder à sociedade em áreas chave como Saúde e a Proteção Social, complementando o papel

do Estado. As Mutualidades mostram capacidade de adaptação, auto-organização, democraticidade, vitalidade, relevância social e resiliência. Os princípios humanistas mutualistas têm-se mantido honrosamente imutáveis, fiéis à sua génese. Apesar das instituições acompanharem as novas tendências da sociedade, o Movimento Mutualista vê-se confrontado com desafios para os quais deve encontrar caminhos de solução, alargando horizontes de atuação e estratégias de cooperação diversas e transversais. A cooperação internacional é uma estratégia fulcral para o crescimento do Movimento porque promove a partir de práticas e modelos a inovação, o fortalecimento, o crescimento e a sustentabilidade das instituições. Creio que estes são argumentos mais do que suficientes para sairmos daqui, hoje, com as nossas almas Mutualistas cheias de contentamento”, afirmou José Almeida.

Manuel Delgado - Secretário de Estado da Saúde

O Secretário de Estado da Saúde começou por abordar o percurso histórico das Mutualidades em Portugal, com especial enfoque no período pós-25 de abril. Depois dessa contextualização, Manuel Delgado analisou a importância do Movimento Mutualista na sua complementaridade em relação ao Estado. “Eu diria que, hoje, temos uma sociedade muito mais evoluída do que tínhamos há 40 ou 50 anos. E felizmente o país está a crescer, felizmente o emprego está a aumentar, felizmente a situação de défice excessivo foi ultrapassada e a Economia portuguesa parece estar no bom caminho. Mas isto é sempre tudo muito relativo. Estamos no bom caminho mas não quer dizer que daqui a um ano ou dois anos as coisas não estejam mal, se não tivermos cuidado em matéria de distribuição de rendimentos. Apesar de tudo isso, o Estado apresenta sempre diversas insuficiências na resposta que dá ao cida-

dão. Eu diria que o Estado denota capacidade de intervenção e é forte naquilo que nós podemos chamar as questões essenciais de cidadania: os transportes, a circulação de veículos, a alimentação básica, a habitação, a saúde básica. As Mutualidades assumem-se como um pilar muito importante para corrigir falhas que ainda existem na coesão social em Portugal. Conseguem ter uma dimensão de atuação e uma forma de se aproximarem dos problemas muito mais autêntica, muito mais próxima, ultrapassando muitas vezes a burocracia, ultrapassando muitas vezes a visão planificada dos recursos e conseguem chegar, de facto, ao problema do cidadão concreto. Para nós, Governo do país na área da Saúde, as Mutualidades são muito prestáveis e desempenham um papel em muitos aspetos insubstituível”, destacou Manuel Delgado no encerramento do primeiro dia do Congresso. ■





***Visita aos Paços
do Concelho
da Câmara
Municipal do
Porto e Jantar
Comemorativo***



Visite a galeria de fotos em www.cnm.mutualismo.pt



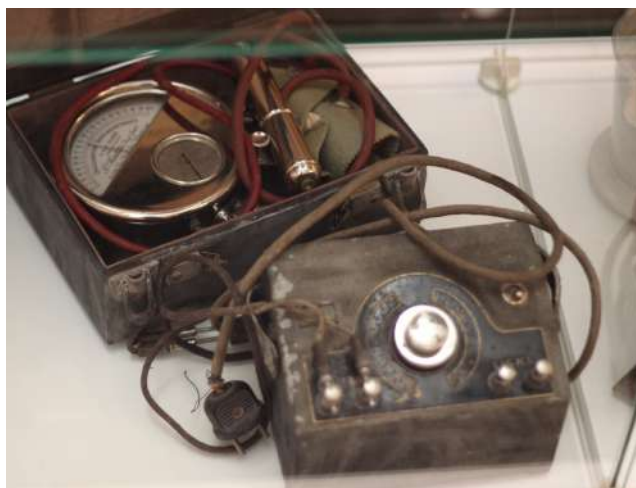


Exposição "Mutualismo em Portugal"





***Diversas Associações
Mutualistas
cederam objetos
das suas coleções
históricas para
uma exposição que
retrata a presença
e pluralidade do
Mutualismo em
Portugal***



Visite a galeria de fotos em www.cnm.mutualismo.pt





Exposição "Mutualistas de Palmo e Meio"



Os pequenos mutualistas do Centro Infantil de Santa Maria da Feira, do Centro Infantil de Lourosa, d'O Legado do Caixeiro Alentejano e do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (Lisboa) também deram o seu contributo para o XII Congresso Nacional do Mutualismo

Visite a galeria de fotos em www.cnm.mutualismo.pt



Jani Silva - Membro do Conselho de Administração da UMP



grama do Dia Nacional do Mutualismo. "Um dos pontos altos deste dia é precisamente a entrega de prémios, com especial destaque para o prémio Mutualismo e Solidariedade 2016, que neste ano de 2017, transborda as

Abrindo formalmente o segundo dia do XII CNM, numa data particularmente relevante devido à comemoração dos 720 anos de Mutualismo em Portugal, Jani Silva representou o Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesa e enumerou os principais momentos do pro-

gramma do Dia Nacional do Mutualismo. "Um dos pontos altos deste dia é precisamente a entrega de prémios, com especial destaque para o prémio Mutualismo e Solidariedade 2016, que neste ano de 2017, transborda as fronteiras nacionais e acrescenta à família dos Galardões Mutualistas, o prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional. Haverá igualmente um momento dedicado a conhecermos projetos de Associações Mutualistas que ousaram partilhar com todos nós os seus projetos, as suas práticas e os riscos que decidiram correr, inserido na atribuição do prémio Inovar para Melhorar 2017. É também com muita satisfação que partilho com os presentes, mulheres e homens de ideais, que o Movimento Mutualista tomou a iniciativa de, no ano de 2017, distinguir um cidadão de causas e dedicação ao próximo, com a atribuição do prémio Cidadania e Solidariedade. Por último, não poderia terminar esta minha breve intervenção sem obviamente fazer referência à dinâmica da Chama Mutualista, que teve início em outubro de 2016. Esta iniciativa simbólica, mais do que percorrer todas as Mutualidades do país, teve e pretendemos que continue a ter, o mérito de aproximar e unir os Mutualistas dos vários pontos do país, ligando as comunidades e tornando visível a coesão, a dimensão e a força do Movimento Mutualista português", referiu Jani Silva na Sessão de Abertura.

Ricardo Valente - Responsável pelo Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social em representação da Câmara Municipal do Porto

A Câmara Municipal do Porto foi parceira da UMP na organização do XII CNM e esteve representada no evento por intermédio de Ricardo Valente, responsável pelo Pelouro do Desenvolvimento Económico e Social da autarquia. "Nós consideramos que o pilar da coesão social é fundamental", começou por referir Ricardo Valente. "A questão do financiamento deste tipo de entidades é algo que deve ser trabalhado e damos nota bastante positiva ao facto de, enfim, Portugal ser pioneiro na inclusão da Economia Social nos programas comunitários, nomeadamente no Portugal 2020, e o facto de hoje termos o programa Portugal Inovação Social, que é um programa inovador, com uma dotação orçamental de quase 150 milhões de euros afetos a esta área, tendo sido já anunciados os primeiros 38 projetos inovadores que receberam financiamento de cerca de 12 milhões de euros. Consideramos que este investimento na Inovação Social é algo que deve ser acarinhado, ajudado e facilitado por todos, e a Câmara Municipal do Porto está a desenvolver juntamente com a Escola de Gestão do Porto, com a Porto Business School, uma ferramenta que agilize as entidades que prestam serviços sociais a concorrerem a este programa, e a terem capa-

cidade de gestão e de acompanhamento daquilo que é necessário para este tipo de financiamentos. Falando agora um pouco da cidade que acolhe este congresso, a nobre, invicta e sempre leal cidade do Porto, nos últimos tempos temos vindo a assistir a uma dinâmica económica relevante e que se estende evidentemente à área da Economia Social. Aliás não há economia sã sem coesão social, e o que nós pretendemos é que as duas situações caminhem lado a lado", defendeu. ■



EVOCAÇÃO DOS 720 ANOS DE MUTUALISMO EM PORTUGAL

Ana Maria Silva, Vice-Presidente da Association Internationale de la Mutualité (AIM)



O dia 8 de julho de 2017 foi um marco histórico para o Movimento Mutualista português, já que se cumpriram precisamente 720 anos desde a criação da primeira Associação Mutualista portuguesa, formada na cidade de Beja. Um percurso histórico que dominou a intervenção de Ana Maria Silva, Vice-Presidente da AIM (Associação Internacional das Mutualidades) e investigadora académica que publicou uma tese sobre a história do Mutualismo português. “O Mutualismo em Portugal foi concebido logo nos primórdios da independência do nosso país, há mais de sete séculos. Contam-se precisamente 720 anos de um porfiado percurso emancipador, que se iniciou em Beja, com a Confraria Laica, denominada Confraria dos Homens Bons de Beja, outorgada em 1297 por carta selada de D. Diniz, cujos objetivos eram praticar a beneficência, o socorro mútuo e a piedade. O original do respetivo compromisso existe e é o mais antigo documento histórico referente a uma

Associação de Beneficência e Socorro Mútuo. Faziam parte desta confraria, mercadores e outros homens bons do concelho, que viviam em honra de cavaleiros e se reuniam para serviço de Deus e do Rei, entreajudando-se na doença, na pobreza ou na morte de um dos seus familiares”, recordou Ana Maria Silva.

“À semelhança do que se passou noutros países, as Mutualidades portuguesas começaram a revelar alguma pujança a partir do momento em que o Estado Liberal decretou a liberdade do trabalho, abrindo espaço à ação de instituições voluntárias de previdência. Ainda que só em 1864, durante a Regeneração, tenha sido dado aos trabalhadores o direito de formarem as denominadas sociedades de ajuda mútua, foi já na primeira metade do século XIX que surgiram em Portugal as primeiras Associações de Socorros Mútuos, na altura com o nome de Montepios e temporalmente não muito distantes do nascimento das Friendly Societies em Inglaterra e das Mutualidades francesas. Decorre da história que o Movimento Mutualista Português se vem a tornar claramente proeminente durante o século XIX, num movimento que se prolonga até ao fim da primeira república já no século seguinte”, continuou a investigadora.

“Registam-se dois importantes momentos no que respeita à influência das Mutualidades para a criação do seguro social. O primeiro momento é precisamente o I Congresso Nacional das Mutualidades, realizado em 1911 e o segundo momento é a criação do seguro social obrigatório na doença, nos acidentes de trabalho e na invalidez, velhice e sobrevivência e de bol-

sas de trabalho, nos decretos de 1913 e de 1919. O denominado I Congresso Nacional de Mutualidade, foi uma iniciativa marcante para a época, que dada a sua relevância, invocarei. O congresso decorreu durante cinco dias, de 18 a 22 de junho de 1911, em Lisboa, na Sala Portugal, da Sociedade de Geografia e no Salão Nobre do Teatro Nacional Almeida Garrett, tendo contado com a presença de 474 congressistas, dos quais apenas cinco eram mulheres, em representação de três Mutualidades. Sobre a organização do movimento, destacou-se a aprovação da criação da denominada Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos, antepassada da atual União das Mutualidades Portuguesas. Já em 1916, no II Congresso Nacional das Mutualidades, o debate foi mais morno, mas abriu-se a outros temas e já se ouviam propostas de institucionalização de um seguro social obrigatório de âmbito geral.

“Criada para servir os intentos antedemocráticos do novo regime, a previdência corporativa foi construída pela negativa, fazendo uso de uma senha anti associativa, anti cooperativa e anti mutualista. A Semana Mutualista do Século, em janeiro de 1933, deu o alerta para a longa noite que esperava o Mutualismo até 1974. Nesse momento de dupla imposição de um sindicalismo nacional e de uma previdência corporativa, os indicadores mais recentes do Movimento Mutualista, publicados em 1930, já traduziam uma regressão dramática, fosse no número de associações, fosse na adesão de novos associados. Em 1930, eram 668 as associações em Portugal. Em 1973, nas vésperas da queda do regime, eram apenas 133.



“Após o 25 de Abril de 1974, verificou-se uma reestruturação das políticas de proteção social, com a introdução de novos paradigmas de intervenção, tendo em conta os novos papéis do denominado estado mais democrático. De sublinhar que antes de 1976, a Constituição da República Portuguesa apenas reconhecia o setor cooperativo a par do setor público e privado, sendo que só mais tarde, em 1989, é que é adicionada na legislação a vertente social, pelo

que na anterior versão da constituição, os ventos eram mais favoráveis ao cooperativismo. Agora, de acordo com a nossa Constituição da República, verifica-se a coexistência de três setores que estruturam a Economia Portuguesa. O setor público, o setor privado e o setor cooperativo e social. A consagração constitucional do conceito de instituição privada de solidariedade social, abriu caminho a uma nova era de coabitação democrática do Movimento Mutualista

com o Estado de Previdência.

“Os princípios e valores do Mutualismo, têm qualquer coisa de eterno. Porque atravessam todas as épocas e fronteiras e respondem à preocupação permanente da dignidade humana, sendo que apenas varia a aplicação dos valores e princípios através de modalidades de proteção social e de outras atividades que devem responder às necessidades, aos problemas e às exigências de cada tempo”, afirmou Ana Maria Silva.

Armando França - Ex-Eurodeputado

A segunda intervenção da evocação histórica dos 720 anos de Mutualismo em Portugal esteve a cargo de Armando França, antigo Eurodeputado português e alguém que constatou, desde muito cedo na sua vida, a prática e intervenção do modelo mutualista. “Nasci numa casa que distava cerca de 100 metros da sede da Mutualidade de Santa Maria, em Esmoriz”, revelou o advogado. “Ainda menino, mas curioso, interessei-me pelo local e sobretudo, pela atividade que lá se exercia. Adolescente, percebi que a Mutualidade de Santa Maria, à época, era uma instituição que, sobretudo, dava assistência a famílias pobres e carenciadas. Ainda conferia, apesar de estarmos em pleno período salazarista, pensões de sobrevivência e com os funerais dos deserdados da vida, contribuindo assim para terem, pelo menos na morte, a dignidade de que careceram em vida. No final do século XIX, como aqui foi sublinhado, Portugal tinha cerca de cinco milhões de pessoas. O país estava fortemente endividado à banca estrangeira. Ainda estava e permaneceu. A indústria era muito incipiente. E, como foi dito, mais de 75% da população era analfabeta. O país era pobre, e muito pobre era a generalidade dos portugueses. Foi neste cenário de pobreza generali-

zada, miséria até e analfabetismo que o Mutualismo vingou. Milhares e milhares de pessoas tornaram-se associadas das Mutualidades, não por acaso, congregando-se em seu redor, para obterem auxílios e apoios sociais que a vida e os poderes públicos de então lhes negavam. Na verdade, o Mutualismo era então e fundamentalmente, uma resposta de natureza assistencialista da sociedade civil, das pessoas, que se organizavam em associações autónomas e independentes, para acorrer às necessidades elementares das pessoas e em especial das mais carenciadas. O Mutualismo desempenhou assim um importantíssimo papel, e assim continuou nos anos 50, anos 60 do século passado, altura em que a emigração, a guerra colonial, a lenta industrialização do país e os ventos da nova política social da Europa e da então CEE, passaram a influenciar a política nacional”, referiu Armando França.



Depois de apontar a aprovação da Lei de Bases da Economia Social como um momento basilar para o Mutualismo em Portugal, Armando França analisou os desafios que se colocam para a afirmação do Movimento Mutualista no atual modelo social. “Tenho para mim que a força do Mutualismo e das Associações Mutualistas residirá não só na sua dinâmica e capacidade de intervenção social e de inovação, mas também na sua capacidade para preservar e fazer cumprir os seus valores, princípios e fins sociais e para cooperar com todas as entidades da Economia Social, Estado e autarquias incluídas, de quem se espera também, uma verdadeira política social e não apenas assistencialista”, sublinhou. ■



ENTREGA DE PRÉMIOS

Um dos momentos que marcou o dia 8 de julho no XII Congresso Nacional do Mutualismo foi a entrega dos prêmios atribuídos pela União das Mutualidades Portuguesas, num total de quatro distinções. O Prémio “Inovar para Melhorar 2017” foi atribuído à A.S.M. Mutualista Covilhanense, pelo projeto “No Horizonte das Demências”, que inclui dois novos equipamentos abertos à comunidade em geral: a sala snoezelen e o Gabinete de Apoio ao Familiar e Pessoa Doente de Alzheimer (GAFPDA). O Prémio “Cidadania e Solidariedade” foi entregue a Carlos Vaz, Presidente do Conselho de Administração Unidade Local de Saúde do Nordeste.

O Prémio “Mutualismo e Solidariedade 2016” distinguiu Fernando Santos (Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do Concelho de Valongo) e Augusto Vieira (advogado). No âmbito internacional, a UMP entregou o Prémio “Mutualismo e Solidariedade Internacional” ao Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, e ao biólogo e escritor moçambicano Mia Couto, que foi representado no evento na Alfândega do Porto por Rui Vaz Pinto, Presidente da direção da UNICEP (Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto).



« Cabo Verde já tem uma longa experiência no Mutualismo mas penso que o protocolo entre o Ministério da Família, Educação e Inclusão Social e a UMP vai permitir a criação de um quadro institucional de relações e uma troca de experiências importante. A nossa função é criar um ambiente favorável para que o processo do Mutualismo se desenvolva em Cabo Verde. As economias não funcionam apenas na base tradicional, dos investimentos e dos empreendedores. Por vezes deixam de fora a grande base, que é a base social e que precisa de instrumentos diferenciados de intervenção. Este é um compromisso para reforçarmos essa relação com a Economia Social. »

Ulisses Correia e Silva, Primeiro-Ministro de Cabo Verde





Fernando Santos (A.S.M. do Concelho de Valongo), Luís Alberto Silva e Augusto Vieira (advogado) na entrega do prémio “Mutualismo e Solidariedade 2016”

Luís Alberto Silva entrega o Prémio “Cidadania e Solidariedade” a Carlos Vaz (Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste)



José Almeida (em representação da Mutualista Covilhanense) recebe o Prémio “Inovar para Melhorar 2017” das mãos de Miguel Cardoso (Diretor do Centro Distrital da Seg. Social do Porto)



CHAMA MUTUALISTA 2ª EDIÇÃO



A Chama Mutualista é uma iniciativa criada pela União das Mutualidades Portuguesas e que pretende simbolizar a força, a vitalidade e a coesão do Movimento Mutualista português, um modelo com mais de sete séculos de história em Portugal mas que continua vigoroso e jovem.

A Chama percorre o país num roteiro que 'ilumina' (literal e metaforicamente) as diversas atividades, respostas e efemérides das Associações que fazem parte do percurso, além de fomentar a interação e a partilha de experiências entre instituições de diferentes áreas geográficas.

No dia 8 de julho (Dia Nacional do Mutualismo), durante o XII Congresso Nacional do Mutualismo, o Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, entregou a Chama Mutualista à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses, num ato pleno de simbolismo pois esta instituição deriva historicamente da primeira Associação Mutualista fundada em Portugal, há precisamente 720 anos.

Foi em 1297 que a então denominada Confraria dos Homens Bons de Beja foi outorgada através de carta selada do rei D. Diniz, como era habitual na época, iniciando um legado histórico, ideológico e cultural que o Movimento Mutualista ainda prossegue em pleno século XXI. ■



« **A primeira edição foi um sucesso e decidimos avançar com uma segunda edição desta iniciativa. Começa agora um segundo roteiro pelo país e espero que a Chama Mutualista continue a simbolizar a força, a vitalidade e a coesão do Movimento Mutualista português** »

Luís Alberto Silva



MOMENTOS MUSICAIS

Opus Quatro Quarteto de Cordas



Henk van Twillert & Vento do Norte





Luís Alberto Silva (à esquerda) e Jorge Lacão

Luís Alberto Silva - Presidente do Conselho de Administração da UMP

Personificando, ele próprio, os valores e as ideias que defende para o Movimento Mutualista em Portugal e no mundo, Luís Alberto Silva era naturalmente um homem satisfeito no final do XII Congresso Nacional do Mutualismo. O evento no Porto foi, pela sua dimensão, pela sua qualidade organizativa e pela produção de conhecimento a partir de um debate racional e abrangente, um dos marcos mais importantes da história recente do Mutualismo português.

“Destaco destes dois dias de discussão e reflexão, a interessada e profícua participação dos congressistas, evidenciando o comprometimento e o empenho do Estado Português, das instituições, das pessoas que conduzem os seus desígnios e da sociedade civil em geral, na construção de respostas eficazes aos atuais desafios sociais de Portugal, em particular e de uma comunidade global de forma mais lata, assente em valores comuns de Cidadania, Democraticidade, Igualdade, Corresponsabilidade, Solidariedade e Justiça Social”, começou por referir o Presidente do CA da UMP. “A história longínqua, aqui hoje evocada e a história recente que todos os presentes tão bem conhecem, já provou e vem reafir-

mando o valor do Modelo Mutualista e o potencial socioeconómico das respostas e atividades que prossegue e desenvolve. A prova está na durabilidade do Movimento Mutualista Português, na força do Mutualismo internacional e na versatilidade do setor. Importa que, alicerçados internamente numa história sólida, os mutualistas tenham, mais uma vez, como é apanágio deste Movimento, a plasticidade e a garra para se ajustarem, flexibilizarem e reinventarem, acompanhando as exigências de inovação e crescimento impostas por uma sociedade em constante mutação e, cada vez mais complexa, do ponto de vista social e económico”, afirmou Luís Alberto Silva, antes de recordar reivindicações importantes para a sustentabilidade e expansão do Mutualismo em Portugal.

“Mais do que nunca, importa que o Estado Português se comprometa com a letra da Lei de Bases da Economia Social, por um lado, com as evidências estatísticas apresentadas pela conta satélite da Economia Social, por outro e, mais recentemente, com as conclusões emanadas na Declaração de Madrid, compromisso ratificado por mais de uma dezena

de países europeus, entre os quais, Portugal. Documento que manifesta a importância deste setor, como primado das pessoas e do objeto social sobre o capital e que, valoriza indiscutivelmente o potencial da Economia Social para o crescimento da própria União Europeia. O chamado Simplex Administrativo ou, num outro exemplo, o envolvimento privilegiado das Mutualidades na gestão dos regimes de Segurança Social, sejam eles complementares ou mesmo obrigatórios. E já que falamos de Segurança Social, não podemos deixar de destacar que é fundamental, a criação de mecanismos de supervisão da sustentabilidade financeira das modalidades de benefícios, que, ainda assim, em caso algum, poderão sair da tutela da Segurança Social.

“Não poderia deixar de abordar nesta minha intervenção um tema que é tão caro aos mutualistas: as Caixas Económicas. Como é sabido, o setor financeiro das entidades da Economia Social, é hoje fatia importante e significativa do setor financeiro português. Falo designadamente do setor financeiro ligado às Mutualidades, vulgarmente conhecido por



Caixas Económicas e do setor financeiro ligado às Cooperativas. Neste contexto, consideramos de extrema relevância, a criação de uma entidade financeira ligada umbilicalmente à Economia Social. E diria mais, à Economia Social e Solidária, que, pela proximidade que a caracterizaria, seria diferente das demais entidades financeiras, que, naturalmente, adotam uma perspectiva mais comercial e capitalista.

“Queremos inovar. Queremos fazer

mais e melhor. Estamos, como sempre, disponíveis para cooperar com todos os parceiros. Não somos de virar as costas aos desafios e às dificuldades.

“Termino a minha intervenção com uma saudação especial a todos os dirigentes, colaboradores e associados de todas as Associações Mutualistas filiadas na União das Mutualidades Portuguesas, que diariamente dão o melhor de si ao Movimento Mutualista, para o seu crescimento e

fortalecimento. Por último, faço um especial agradecimento, a todos os colaboradores que, este evento de ontem e de hoje, teve aqui um batalhão de colaboradores e voluntários, para que conseguíssemos ter a qualidade deste evento e aos diversos parceiros institucionais e comerciais com o seu inestimável contributo, tornaram possível a realização deste Congresso e do Dia Nacional do Mutualismo”, agradeceu o Presidente do CA da UMP.

Jorge Lacão - Vice-Presidente da Assembleia da República

Jorge Lacão assumiu a responsabilidade de encerrar os trabalhos do XII Congresso Nacional do Mutualismo, começando por referir que se sentia representante de toda a Assembleia da República Portuguesa, na sua pluralidade. “Há pouco, quando todos ouvíamos a forma tão extraordinária como se interpretava musicalmente Piazzolla e Bach, ocorreu-me o pensar que a perfeição estética da vida nos poderia dispensar demais palavras e assim poderíamos sair daqui com a sensação de que o mundo era perfeito. E todavia, sabemos que não o é. A história do Mutualismo que aqui nos foi tão extraordinariamente contada, através da digressão por centenas de anos e através da experiência pessoal de quem nela tem ativamente partilhado, demonstram-nos que os problemas do presente são afinal, sob tantos aspetos, tão semelhantes aos problemas do passado, o que talvez nos faça apelo à consideração de que tudo tem a ver com a natureza humana, que estamos sempre com a necessidade de reinventar a história e de perante a história nos posicionarmos sobre a maneira como nos encararmos a nós próprios, nas sociedades em que vivemos”, analisou o Vice-Presidente da Assembleia da República.

“E todavia, se os problemas se renovam, eu creio que os desafios e os ideais, também eles se renovam e a existência deste congresso, será certamente o testemunho eloquente de que assim é. Não podemos portanto desistir. E não podemos desistir de estar presentes em todas as frentes em que os desafios nos convocam. Se é certamente uma consciência do nosso tempo, de que o Estado Social é inerente à realização da dignidade da pessoa humana, certamente também aprendemos que o Estado Social por si, não resolve tudo e deixa mesmo muito por resolver e que há tanta coisa que só o dinamismo social de proximidade pode fazer, e que há muita coisa que só a autodeterminação associativa das pessoas pode alcançar e que é nesse plano, da capacidade de juntar a generosidade com a ambição de realizar o melhor da nossa condição humana, que o Mutualismo certamente, seguramente, continuará a fazer sentido nos nossos dias.

“Só que isto, naturalmente, coloca, porventura, novos desafios. O desafio de desenvolvermos na sociedade consciências de solidariedade cada vez mais apuradas, em relação a outras tendências que infelizmente se verificam, das quais o egoísmo, das

quais uma competitividade mal assimilada, acaba muitas vezes por criar um isolamento na vida social das pessoas, que é, porventura, um dos inimigos maiores do tempo em que vivemos. E estamos, portanto, nesta situação paradoxal, os ideais mantêm-se de valor universal e todavia, à luz ou para além desses ideais, nós temos também hoje na sociedade, fatores que desvirtuam esses mesmos ideais. Precisamos portanto de fazer em cada momento, penso eu, apelo ao melhor de nós próprios, em todas as dimensões da vida social. Em todas as dimensões, sejam as políticas, as sociais, as económicas, as culturais, aquelas onde estivermos socialmente presentes.

“Quero portanto dizer-vos, neste momento em que tenho o privilégio de com estas palavras encerrar este vosso Congresso, que é para mim um privilégio e é para mim também um apelo de responsabilidade, não só no plano pessoal, mas enquanto, como aqui referi, representante do órgão da soberania plural do nosso país. Aquilo que aqui foi dito, é um desafio à exigência de fazermos melhor. Temos que fazer melhor!”, exortou Jorge Lacão na sessão de encerramento. ■





Equipa de jovens voluntários do XII CNM



A estrutura da UMP colaborou ativamente na organização



Luís Alberto Silva acompanhado por Ulisses Correia e Silva e Jani Silva



Momentos de convívio com a representação internacional Prémio atribuído pela UMP ao Primeiro-Ministro de Cabo Verde





A boa disposição marcou os dois dias do evento



Casa cheia no Centro de Congressos da Alfândega



Momento da inauguração das exposições



Os jovens mutualistas foram parte integrante do evento



Garrafas comemorativas do XII CNM

Visite a galeria de fotos em www.cnm.mutualismo.pt



